

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

**OBJETO:** Aquisição de materiais permanentes, visando a implantação do Almoxarifado Central, através da Secretaria Municipal de Administração.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 174.280,05 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e cinco centavos).

**FIM DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA:**  
**28 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 07:00 HORAS, (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**  
**28 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 09:00 HORAS, (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).**

**LOCAL:**  
Plataforma BLL Compras – <https://bll.org.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:**  
ABERTO

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**SUMÁRIO:**

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
8. DOS RECURSOS.....	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18

**MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 066/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 152/2025**

Torna-se público que O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob N° 03.107.539/0001-32, com sede na Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Porto Murtinho MS, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 15.110 de 17 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO:**

1.1 O objeto da presente licitação é a **Aquisição de materiais permanentes, visando a implantação do Almoxarifado Central, através da Secretaria Municipal de Administração.**

**2. DO CREDENCIAMENTO:**

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.1.1 O cadastro deverá ser feito na Plataforma BLL COMPRAS, no sítio, <https://bll.org.br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. As licitantes deverão comprovar o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 ou como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006 para participação no presente certame.

2.4.1. A comprovação do enquadramento, poderá ser realizada por meio da apresentação da **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, expedida pela Junta Comercial ou a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO** validada pela Junta Comercial, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.

2.4.2. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados e na Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br/>).

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o login e senha para acesso ao Sistema.

3.2. As empresas em Recuperação Judicial e Extrajudicial que obtiveram a sua concessão ou a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial pelo juízo competente, deverão ter a respectiva certidão inserida em seu cadastro.

3.2.1 A apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação da empresa comprovar todos os requisitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes.

3.3. Para os itens **1,2,3,4,5,6,7,8,10 e 11** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.1. A obtenção do benefício a que se refere os itens anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta, e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente os documentos relacionados nos itens seguintes, que conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, podem ser apresentados em cópia simples, sem necessidade de autenticação.

**4.3.1.1.** A comprovação da **Habilitação Jurídica** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;
- c) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;

- d) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício** no caso de Sociedade Civil;
- e) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;
- f) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** para MEI;

**4.3.1.2.** A comprovação da **Regularidade Fiscal** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**) em plena validade;
- b) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND (**INSS**), mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

**4.3.1.3** A comprovação relativa à **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

**4.3.1.4** A documentação relativa à **Qualificação econômico-financeira** consistirá na apresentação da **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

**4.3.1.5 Apresentação de CATÁLOGOS, FOLHETOS TÉCNICOS OU PÁGINAS DA WEB** para o equipamento ofertado. A ausência de alguma especificação no referido catálogo não ensejará a desclassificação da empresa. Neste caso poderão ser efetuadas diligências para sanar a pendência.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto

4.5. O Licitante deverá apresentar **Declaração Unificada** (Anexo V):

4.5.1. Declaração Unificada, assegurando as condições de habilitação as exigências deste Edital e seus anexos. (Sugestão de modelo apresentado no **ANEXO V**).

**Observação:** A pessoa que assinar a referida declaração deverá ter poderes para representar a Licitante, o que necessitará ser comprovado documentalmente na fase de habilitação.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.7.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.6 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total global;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no modelo de proposta,

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

5.10. Em caso de pedido de reequilíbrio, a fórmula de análise da solicitação, será a equivalência percentual entre a pesquisa de mercado atual e o desconto oferecido pela empresa no certame. Ex.: Se um item teve o preço médio fixado pelo instrumento convocatório em R\$ 10,00 (dez) reais, e a empresa registrou seu valor em R\$ 5,00 (cinco) reais, significa dizer que a empresa tem capacidade de fornecer o produto por 50% (cinquenta) por cento do valor de referência da Administração, então se ele desejar solicitar reequilíbrio, será realizada nova pesquisa de mercado, e será concedido o percentual o reequilíbrio no percentual que ele indicou ser justo na data de sessão; ou seja e o produto estiver custando R\$ 11,00 (onze reais) a ele será permitido o reequilíbrio do produto para R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos).



## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 1197/2023 de 27 de dezembro de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sistema da BLL, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema BLL, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 3 (três) dias úteis.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://bll.org.br/> e [www.portomurtinho.ms.gov.br/portal\\_transparencia](http://www.portomurtinho.ms.gov.br/portal_transparencia).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.2. e 10.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7. e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, exclusivamente, por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://bll.org.br/>.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO:**

12.1. Após a homologação do certame, havendo requisição da área requisitante e autorização da contratação pela autoridade competente, será firmado o Termo de Contrato, conforme modelo disposto no ANEXO II.

12.2. A empresa terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogável a critério da Administração, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. A critério da Administração, caberá prorrogação do prazo acima, desde que devidamente justificado.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.**

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, <https://portomurtinho.ms.gov.br/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** - Minuta do Contrato

**ANEXO III** - Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO IV** - Declaração ME/EPP;

**ANEXO V** – Modelo declaração unificada;

Porto Murtinho MS, 12 de novembro de 2025.

**ISABEL FRÓES PONCE**  
Secretária Municipal de Administração

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Secretarias municipais solicitantes**

- Secretaria Municipal de Administração.

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1 Do objeto**

Aquisição de materiais permanentes visando a implantação do almoxarifado central através da Secretaria Municipal de Administração. A iniciativa está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e abrange a compra de bens duráveis necessários para estruturar o novo espaço físico e assegurar a guarda adequada, padronizada e rastreável dos materiais públicos. Trata-se de objeto classificado como *bem comum*, uma vez que os materiais permanentes aqui especificados podem ser fornecidos por diferentes empresas e são padronizados no mercado, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

**a) Classificação do objeto**

O objeto enquadra-se como **material permanente**, conforme as normas de gestão patrimonial da Administração Pública. São considerados bens de uso duradouro, não se consumindo no primeiro uso e com vida útil superior a dois anos. Por este motivo, observam-se as regras de tombamento e controle de bens permanentes, bem como a vedação à aquisição de itens supérfluos ou de luxo, em consonância com o Decreto nº 10 818/2021, que proíbe a compra de bens de luxo pela Administração.

**b) Observância ao Decreto nº 10 818/2021 (bens de luxo)**

Os materiais listados neste Termo atendem às necessidades operacionais do almoxarifado central e não incluem itens considerados de luxo ou soluções premium. O edital de licitação proibirá a aquisição de bens que não guardem pertinência com as atividades de armazenagem, em respeito aos princípios da economicidade e da moralidade administrativa.

**c) Vigência**

O contrato decorrente desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, exclusivamente para assegurar o recebimento, instalação e garantia dos materiais. A vigência não implica fornecimento continuado; trata-se de prazo para execução de todos os procedimentos de entrega, conferência, pagamento e assistência técnica. Qualquer prorrogação dependerá de justificativa da Administração e observará os limites estabelecidos pela Lei nº 14 133/2021.

**1.2 Especificação do item e quantidade**

A relação a seguir apresenta os materiais permanentes necessários à implantação do almoxarifado central, suas unidades de medida e as quantidades estimadas. A Administração poderá ajustar as quantidades conforme estudos técnicos preliminares e disponibilidade orçamentária.

Nº	Item	Unidade de medida	Quantidade total
1	Computador Básico (Desktop) - Computador Básico (Desktop) - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 6 Núcleos, 12 threads e frequência de 4.3 GHz, Soquete LGA1200, possuir 1 disco SSD 960 GB, memória RAM de 16 GB, em 2 módulos idênticos de 8 GB cada, do tipo S-DRAM ddr4 2.666 MHz ou superior, Memória Cache 12MB em L3, operando em modalidade dual CHANNEL. A placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio <a href="http://www.formfactors.org">www.formfactors.org</a> , organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. Placa de vídeo PCI Express deverá ser no mínimo de 6GB DDR4 GB de memória. Possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom. Teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Deverá vir com 01 Monitor de LED FULL HD de 27 polegadas 75hz (Wide Screen 16:9). Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n. Sistema operacional Windows 11 pro (64 bits). Fonte deverá ser de no mínimo 500 watts bivolt 110/220, compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.	unidade	01
2	Impressora multifuncional laser monocromática A4, 127 V, funções impressão/cópia/digitalização/fax; duplex automático; ADF ≥ 50 folhas; velocidade mín. 38 ppm; resolução ≥ 1200 × 1200 dpi; bandeja de entrada ≥ 250 folhas (com bypass); USB 2.0 e Ethernet; linguagens PCL/PS; ciclo recomendado ≥ 4.000 páginas/mês; garantia mín. 12 meses.	unidade	01
3	Armário arquivo vertical em aço, 4 gavetas para pasta suspensa A4/ofício; chapa 0,6–0,8 mm; corredeiras telescópicas (extração total); sistema anti-tombo (1 gaveta por vez); fechadura central com 2 chaves; puxadores embutidos e porta-etiquetas; capacidade mín. 25–30 kg por gaveta; pintura eletrostática epóxi; dimensões aprox. ≥ 1,30 m (A) × 0,46 m (L) × 0,62 m (P); garantia mín. 12 meses.	unidade	01
4	Armário em aço, 2 portas, 5 divisórias (prateleiras reguláveis); chapa 0,6–0,8 mm; portas com dobradiças internas, fechadura cilíndrica c/ 2 chaves e puxadores embutidos; pintura eletrostática epóxi; ventilação tipo venezianas; capacidade mín. 30 kg/prateleira; dimensões aprox. ≥ 1,80 m (A) × ≥ 0,80 m (L) × ≥ 0,40 m (P); garantia mín. 12 meses.	unidade	01
5	Carro de armazém (2 rodas), 150 kg; estrutura tubular em aço carbono; pá de carga em chapa ≥ 2,5 mm (≈ 35×20 cm); rodas maciças Ø 200–260 mm com rolamentos; eixo em aço; empunhaduras emborrachadas; soldas reforçadas; pintura eletrostática epóxi; garantia mín. 12 meses.	unidade	01
	Escada tipo tesoura dupla em fibra de vidro, 6 degraus (altura ≈ 1,80		



Nº	Item	Unidade de medida	Quantidade total
6	m); montantes não condutivos; capacidade $\geq 120$ kg; degraus antiderrapantes; pés em borracha antideslizante; travamento por cinta/corrente; garantia mín. 12 meses (atender ABNT NBR 16308).	unidade	01
7	Freezer horizontal, $\approx 534$ L, 2 tampas basculantes; temperatura de congelamento $\leq -18$ °C; termostato ajustável; degelo manual; 2+ cestos aramados removíveis; dreno frontal; gabinete em aço com pintura eletrostática e isolamento em poliuretano; revestimento interno galvanizado/alumínio; fechadura com 2 chaves; gás ecológico R600a/R290; classe A INMETRO/Procel; pés/rodízios; 127 V ou 220 V; garantia mín. 12 meses.	unidade	03
8	Paleteira hidráulica manual, 2.000 kg; garfos $685 \times 1.220$ mm; roletes duplos (tandem) em nylon e rodas diretrizes em nylon Ø 180–200 mm; altura mínima dos garfos $\leq 85$ mm e elevação $\approx 200$ mm; bomba hidráulica com válvula de segurança, timão 3 posições (subir/neutro/descida); estrutura em aço soldado com pintura eletrostática e bicos de graxa; garantia mín. 12 meses (atender NR-11).	unidade	01
9	Estante em aço reforçado, $1,80 \times 1,80 \times 0,60$ m, 4 prateleiras reguláveis; capacidade total mín. 1.600 kg ( $\geq 400$ kg/prateleira, carga distribuída); estrutura em aço carbono com colunas perfuradas e longarinas reforçadas; prateleiras em aço com reforços tipo ômega; travamento posterior/lateral; acabamento com fosfatização + pintura eletrostática epóxi (cor neutra); kit de montagem (parafusos) incluso; sapatas nos pés; bordas sem rebarbas; garantia mín. 12 meses.	unidade	87
10	Mesa retangular de escritório $1,50 \times 0,60 \times 0,73\text{--}0,75$ m, tampo em MDP/MDF 18–25 mm revestido BP (bordas 2 mm), estrutura resistente com travessa, passa-cabos e niveladores; 02 gavetas sob o tampo (lateral), com corredeiras telescópicas e fechadura com 2 chaves; capacidade mín. 30 kg distribuídos; acabamento em cor neutra; garantia mín. 12 meses.	unidade	01
11	Cadeira ergonômica giratória, capacidade nominal 120 kg; ajustes: altura do assento (pistão a gás), inclinação do encosto com trava, apoio lombar regulável e braços reguláveis; base 5 hastes com rodízios; estofamento respirável (encosto em tela/assento estofado).	unidade	01

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1 Necessidade e interesse público

O Almoxarifado Central é um setor logístico destinado a receber, armazenar e distribuir materiais permanentes e de consumo adquiridos pela Administração. Sua implantação reduz perdas, evita aquisições desnecessárias e racionaliza o uso dos recursos públicos. Manuais de procedimentos de almoxarifado editados por órgãos públicos ressaltam que o controle informatizado deve permitir a **rastreabilidade da movimentação de todos os bens**, registrando entradas e saídas de estoque para que seja possível acompanhar a destinação efetiva dos materiais. A centralização do estoque simplifica a fiscalização, facilita a padronização e contribui para a eficiência e eficácia da gestão.

A aquisição de materiais permanentes aqui proposta visa dotar o novo almoxarifado de equipamentos e mobiliário adequados para armazenagem e movimentação, garantindo condições de trabalho seguras para os servidores e preservando os bens sob guarda da Prefeitura. O investimento atende



ao interesse público, pois trará economia com armazenagem adequada, reduzindo perdas e extravios e assegurando melhor controle patrimonial.

## **2.2 Diagnóstico da situação**

Atualmente, cada setor da Administração armazena seus próprios materiais, o que gera falta de padronização, dificuldade de controle de saldos e risco de vencimento de prazos de garantia. Os prédios existentes não possuem estantes e mobiliário apropriados, os equipamentos são improvisados e não há local seguro para materiais de maior valor. Esse cenário resulta em desperdício de tempo dos servidores para localizar itens, aumenta as despesas com pequenas reposições e fragiliza a fiscalização do patrimônio municipal. A criação do Almoxarifado Central, com estrutura adequada e sistema informatizado, solucionará esses problemas e permitirá melhor planejamento de compras, evitando a formação de estoques excessivos ou insuficientes.

## **2.3 Estudos técnicos preliminares**

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Administração realizou levantamento das necessidades de armazenagem e consultou manuais de gestão de estoque e normas técnicas. Foram analisadas experiências de outros municípios e órgãos públicos, que demonstraram ganhos de escala e de controle com a centralização de almoxarifados. Verificou-se que a adoção de estantes de aço com alta capacidade de carga, paletes de madeira tratados e equipamentos de movimentação (paleteiras e balanças) é adequada às quantidades de materiais recebidos rotineiramente. Além disso, estudos identificaram que o uso de caixas organizadoras translúcidas e etiquetadas facilita a visualização de itens e acelera o processo de inventário, aumentando a eficiência logística. O dimensionamento das quantidades estimadas considerou as aquisições médias anuais e o espaço físico disponível, permitindo ajustes conforme a demanda.

## **2.4 Vantajosidade, economicidade e eficiência**

A aquisição conjunta dos materiais permanentes permite obter melhores preços e condições de entrega, reduzindo custos administrativos com múltiplas licitações. O fornecimento único garante uniformidade dos equipamentos e compatibilidade entre acessórios e mobiliário. Conforme apontado nos manuais de almoxarifado, a padronização dos procedimentos e a rastreabilidade das movimentações geram economia e eficiência. A concentração dos itens em um único espaço permitirá a implantação de sistema informatizado que registrará as entradas e saídas e possibilitará consultas de estoque em tempo real, evitando compras desnecessárias. Portanto, a contratação atende aos princípios da economicidade e eficiência, previstos nos arts. 31 e 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14 133/2021.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **3.1 Modelo de entrega e instalação**

O fornecedor vencedor deverá entregar todos os materiais permanentes no endereço do Almoxarifado Central, em local a ser informado pela Secretaria Municipal de Administração. A entrega deverá incluir:

- **Transporte e descarregamento** dos bens no local indicado, sem ônus adicional para a Administração;
- **Montagem e instalação** de estantes, armários, prateleiras, mesas e cadeiras no layout definido pela equipe técnica da Prefeitura;
- Comprovação de conformidade com normas técnicas (ex.: ABNT NBR 14762 para estantes, NBR 9782 para paletes) e garantia mínima de 12 (doze) meses.

### **3.2 Requisitos de desempenho e compatibilidade**

Os materiais deverão ser **novos**, de primeira utilização, fabricados em conformidade com normas técnicas brasileiras e com materiais resistentes. Devem possuir:

1. **Durabilidade e capacidade de carga** compatíveis com o volume e peso dos materiais a serem armazenados, garantindo segurança aos usuários e conservação dos bens.
2. **Compatibilidade entre itens**, permitindo a utilização de paleteiras nas estantes e espaço adequado para circulação nos corredores.
3. **Garantia mínima de 12 meses** contra defeitos de fabricação, sendo de responsabilidade da contratada a substituição de peças com vício aparente ou oculto.
4. **Manuais e catálogos técnicos**, devendo ser entregues juntamente com os materiais para facilitar a operação e manutenção.

### **3.3 Sistema informatizado de controle de estoque**

O almoxarifado central utilizará sistema informatizado para controle de estoque. O fornecedor será responsável apenas pelo fornecimento dos computadores e da impressora; o software será disponibilizado pela Administração. O sistema será alimentado com todas as informações de entrada e saída de materiais, permitindo a rastreabilidade da movimentação de bens.

## **4. REQUISITOS DA LICITAÇÃO**

Os licitantes deverão apresentar documentação de habilitação, observando os arts. 62 a 70 da Lei nº 14 133/2021. Exigir-se-ão somente documentos indispensáveis para garantir a execução contratual.

### **4.1 Habilitação jurídica**

• **Registro comercial** no caso de empresa individual ou **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documento que comprove os poderes de representação; • **Prova de inscrição no CNPJ**; • **Declaração de inexistência de impedimentos legais** para contratar com o poder público.

### **4.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista**

Deverá ser comprovada a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme art. 68 da Lei nº 14 133/2021. Para tanto, será exigida a apresentação de:

1. **Certidão conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, comprovando a regularidade em relação aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
2. **Certificado de Regularidade do FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;
3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
4. **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, comprovando a inexistência de débitos relacionados ao ICMS ou demais tributos estaduais; a exigência decorre da incidência de ICMS sobre a circulação de mercadorias e encontra amparo nas orientações sobre regularidade fiscal em licitações;
5. **Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, atestando que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

### **4.3 Qualificação econômico-financeira**

• **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida no domicílio da empresa, emitida no prazo máximo de 60 dias.

#### **4.4 Qualificação Técnica**

Com o objetivo de garantir a compatibilidade técnica, a qualidade dos materiais permanentes e a adequação ao objeto da contratação, será exigida na fase de habilitação a apresentação de catálogo, manual técnico, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado, contendo:

- Marca e modelo do item ofertado;
- Imagens ou ilustrações do produto;
- Especificações técnicas completas (dimensões, materiais, capacidade, funcionalidades, etc.);
- Certificações, quando aplicável (ex: INMETRO, ISO, entre outras).

Finalidade: Permitir a análise da conformidade dos produtos com as exigências do Termo de Referência, viabilizando julgamento objetivo da proposta.

### **5. MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO**

#### **5.1 Natureza e regime**

O objeto deste Termo trata de **aquisição de bens permanentes**, com entrega única e integral. Após a assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, a Administração expedirá ordem de fornecimento contemplando os itens e quantidades definitivos.

#### **5.2 Prazos**

- **Entrega** – Os materiais deverão ser entregues, montados e instalados no Almoxarifado Central em até **15 (quinze) dias corridos** contados da data de recebimento da ordem de fornecimento.
- **Substituição de itens com defeito** – Eventuais substituições de peças ou itens com defeito deverão ocorrer em até **10 (dez) dias úteis** após a notificação da contratante.
- **Garantia** – O período de garantia técnica não poderá ser inferior a **12 (doze) meses** a partir do recebimento definitivo.

#### **5.3 Montagem e instalação**

É de responsabilidade da contratada executar a montagem e instalação dos materiais, respeitando as condições de segurança e o layout aprovado pela Administração. A contratada deverá fornecer ferramental e mão de obra necessária, sem custos adicionais. Quaisquer adequações estruturais (alvenaria, rede elétrica ou lógica) serão realizadas pela Administração.

### **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **6.1 Modalidade e forma de disputa**

Será adotado o **Pregão**, preferencialmente na forma eletrônica, em consonância com o art. 28, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns.

#### **6.2 Critério de julgamento**

O julgamento será realizado pelo **menor preço por item**, considerando todas as especificações descritas no Termo de Referência. Serão desclassificadas propostas que não atendam às características mínimas ou que apresentem quantitativos divergentes dos demandados.

### **7. ESTIMATIVA DO VALOR**

#### **Base legal e diretrizes**

#### **ESTIMATIVA DE VALOR**

A estimativa de valor será compatível com os preços praticados no mercado de bens permanentes (equipamentos e mobiliários), observando-se os parâmetros do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de definir o preço máximo aceitável por item. Os valores deverão refletir a condição de

fornecimento (entrega na sede do Almoxarifado Central em Porto Murtinho/MS), incluindo, quando aplicável, frete, montagem/instalação e garantia mínima exigida.

#### Metodologia de pesquisa de preços

- Bases públicas e painéis oficiais: consultas ao PNCP, ao Painel de Preços (Compras.gov.br) e a portais de compras de entes públicos, com dados de aquisições de bens permanentes equivalentes (mesma marca/modelo ou especificações técnicas mínimas).
- Contratações similares: levantamento de atas de registro de preços e contratos de bens permanentes firmados por outros órgãos nos últimos 12 meses (ou período mais recente disponível), com ajustes por índice oficial de inflação, quando necessário, e pela condição de fornecimento.
- Orçamentos de fornecedores: solicitações formais de cotação a mínimo três fornecedores (fabricantes, distribuidores ou revendas autorizadas), contendo CNPJ, data/hora, validade, incidências tributárias, prazos de entrega, custos de frete/montagem e condições de garantia.
- Catálogos e tabelas de referência: listas de preços e catálogos oficiais de fabricantes/distribuidores, desde que tragam identificação do emissor, data e condições comerciais comparáveis; mídias e sites apenas quando emitirem proposta formal com CNPJ e condições idênticas às exigidas.

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresa	Porte	Valor Unit	Média
1	Computador Básico (Desktop) - Computador Básico (Desktop) - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 6 Núcleos, 12 threads e frequência de 4.3 GHz, Soquete LGA1200, possuir 1 disco SSD 960 GB, memória RAM de 16 GB, em 2 módulos idênticos de 8 GB cada, do tipo S-DRAM ddr4 2.666 MHz ou superior, Memória Cache 12MB em L3, operando em modalidade dual CHANNEL. A placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX	un	1	MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO	Portal Nacional de Contratações Públicas	BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 4.846,00	R\$ 4.895,33

	ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio <a href="http://www.formfactors.org">www.formfactors.org</a> , organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. Placa de vídeo PCI Express deverá ser no mínimo de 6GB DDR4 GB de memória. Possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom. Teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Deverá vir com 01 Monitor de LED FULL HD de 27 polegadas 75hz (Wide Screen 16:9). Interfaces de			FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS / 7 - FMAS	Portal Nacional de Contratações Públicas	VIH NEGOCIOS COMERCIO E SERVICOS LTDA		R\$ 4.950,00	
				PM DE VERA CRUZ	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	SIR COMPUTADORES LTDA		R\$ 4.890,00	

	<p>rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n. Sistema operacional Windows 11 pro (64 bits). Fonte deverá ser de no mínimo 500 watts bivolt 110/220, compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.</p>								
2	<p>Impressora multifuncional laser monocromática A4, 127 V, funções impressão/cópia/digitalização/fax; duplex automático; ADF ≥ 50 folhas; velocidade mín. 38 ppm; resolução ≥ 1200</p>	un	1	<p>Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT</p>	<p>Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT</p>	<p>LIBRA TECNOLOGIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA</p>		<p>R\$ 3.533,94</p>	<p>R\$ 3.640,33</p>
				<p>Prefeitura Municipal de Crucilândia</p>	<p>Licitar Digital</p>	<p>ALLSET TECNOLOGIA LTDA</p>		<p>R\$ 3.587,05</p>	

	× 1200 dpi; bandeja de entrada ≥ 250 folhas (com bypass); USB 2.0 e Ethernet; linguagens PCL/PS; ciclo recomendado ≥ 4.000 páginas/mês; garantia mín. 12 meses.			FAMEP- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E PARADESPOR TO DE ARAGUARI/M G	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	PUBLITEK TECNOLO GIA EIRELI	Microe mpresa	R\$ 3.800,00	
3	Armário arquivo vertical em aço, 4 gavetas para pasta suspensa A4/ofício; chapa 0,6–0,8 mm; corrediças telescópicas (extração total); sistema anti- tombo (1 gaveta por vez); fechadura central com 2 chaves; puxadores embutidos e porta-etiquetas; capacidade mín. 25–30 kg por gaveta; pintura eletrostática epóxi; dimensões aprox. ≥ 1,30 m (A) × 0,46 m (L) × 0,62 m (P); garantia mín. 12 meses.	un	1	MUNICIPIO DE FIGUEIRAO / 381 - Prefeitura Municipal de Figueirão - MS	Portal Nacional de Contrataçõ es Públicas	A. E. MARQUE Z		R\$ 740,00	R\$ 800,17
				FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO / 2601 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Portal Nacional de Contrataçõ es Públicas	ML DO BRASIL EMPREEN DIMENTO S COMERCI AIS EIRELI	Microe mpresa	R\$ 840,00	
				Prefeitura Municipal de Figueirão - MS	Compras BR	A. E. MARQUE Z		R\$ 820,50	
4	Armário em aço, 2 portas, 5 divisórias (prateleiras reguláveis); chapa 0,6–0,8 mm; portas com dobradiças internas, fechadura cilíndrica c/ 2 chaves e puxadores embutidos; pintura eletrostática epóxi; ventilação tipo venezianas; capacidade mín.	un	1	MUNICIPIO DE SAPEZAL / 934 - MUNICÍPIO DE SAPEZAL/MT	Portal Nacional de Contrataçõ es Públicas	OLMI INFORMA TICA LTDA	Empres a de Pequen o Porte (EPP)	R\$ 807,00	R\$ 816,12
				Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena	Portal de Compras Publicas	GUAPUI COMERCI O DE MOVEIS EIRELI	Microe mpresa	R\$ 750,00	
				Prefeitura Municipal de Bocaiúva	Portal de Compras Publicas	M&R EQUIPAM ENTOS E MOVEIS LTDA	Empres a de Pequen o Porte (EPP)	R\$ 891,36	



	30 kg/prateleira; dimensões aprox. $\geq 1,80$ m (A) $\times \geq 0,80$ m (L) $\times \geq 0,40$ m (P); garantia mín. 12 meses.								
5	Carro de armazém (2 rodas), 150 kg; estrutura tubular em aço carbono; pá de carga em chapa $\geq 2,5$ mm ( $\approx 35 \times 20$ cm); rodas maciças Ø 200–260 mm com rolamentos; eixo em aço; empunhaduras emborrachadas; soldas reforçadas; pintura eletrostática epóxi; garantia mín. 12 meses.	un	1	SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTAVE L / 1371056 - SUPRAM/LEST E MINEIRO	Portal Nacional de Contratações Públicas	FACILITA COMERCIO LTDA		R\$ 735,00	R\$ 664,77
				Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas - MS	Compras BR	P.C.F. MAROLLA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 640,32	
				---	Domínio Amplo	Resseg Distribuidora	---	R\$ 619,00	
6	Escada tipo tesoura dupla em fibra de vidro, 6 degraus (altura $\approx 1,80$ m); montantes não condutivos; capacidade $\geq 120$ kg; degraus antiderrapantes; pés em borracha antideslizante; travamento por cinta/corrente; garantia mín. 12 meses (atender ABNT NBR 16308).	un	1	MINISTÉRIO DA DEFESA   DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR E TECNOLÓGICO DA MARINHA	Compras.gov.br	DLM SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	Microempresa	R\$ 643,56	R\$ 661,93
				---	Domínio Amplo	Mercado Livre ( <a href="https://www.mercadolivre.com.br/">https://www.mercadolivre.com.br/</a> )	---	R\$ 669,90	
				---	Preço Manual	MADEIRA MADEIRA COMERCIO ELETRONICO S/A	---	R\$ 672,33	
7	Freezer horizontal, $\approx 534$ L, 2 tampas basculantes; temperatura de congelamento $\leq -18$ °C; termostato	un	3	MUNICIPIO DE GUAPORE / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	PREMIER COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 3.927,99	R\$ 3.998,83

	ajustável; degelo manual; 2+ cestos aramados removíveis; dreno frontal; gabinete em aço com pintura eletrostática e isolamento em poliuretano; revestimento interno galvanizado/alumínio; fechadura com 2 chaves; gás ecológico R600a/R290; classe A INMETRO/Procel; pés/rodízios; 127 V ou 220 V; garantia mín. 12 meses.			Prefeitura Municipal de Jequitaiá	Portal de Compras Públicas	ADM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA		R\$ 4.169,50	
				---	Domínio Amplo	doocagusto.com	---	R\$ 3.899,00	
8	Paleteira hidráulica manual, 2.000 kg; garfos 685 x 1.220 mm; roletes duplos (tandem) em nylon e rodas diretrizes em nylon Ø 180–200 mm; altura mínima dos garfos ≤ 85 mm e elevação ≈ 200 mm; bomba hidráulica com válvula de segurança, timão 3 posições (subir/neutro/descida); estrutura em aço soldado com pintura eletrostática e bicos de graxa; garantia mín. 12 meses (atender NR-11).	un	1	FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA CIVIL - FUMPC / 63 - Policia Civil	Portal Nacional de Contratações Públicas	EPS RECUPERADORA DE AUTOPECAS E MACACOS HIDRAULICOS LTDA	Micro Empresa	R\$ 2.340,00	
				MUNICÍPIO DE CACOAL/RO	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	BRASFERMA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 2.750,00	
				---	Domínio Amplo	A Casa dos Macacos	---	R\$ 2.844,53	
9	Estante em aço reforçado, 1,80 x 1,80 x 0,60 m, 4 prateleiras reguláveis; capacidade total mín. 1.600 kg (≥ 400 kg/prateleira,	un	87	MUNICIPIO DE FLORES DE GOIAS / 10 - PODER EXECUTIVO	Portal Nacional de Contratações Públicas	PONTO CERTO COMERCIO DE PRODUTOS VARIADOS LTDA		R\$ 1.498,05	R\$ 1.691,02

	carga distribuída); estrutura em aço carbono com colunas perfuradas e longarinas reforçadas; prateleiras em aço com reforços tipo ômega; travamento posterior/lateral; acabamento com fosfatização + pintura eletrostática epóxi (cor neutra); kit de montagem (parafusos) incluso; sapatas nos pés; bordas sem rebarbas; garantia mín. 12 meses.			MUNICÍPIO DE CARAMBEI / 05001 - GABINETE DO SECRETÁRIO - SEC	Portal Nacional de Contratações Públicas	V A OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 1.720,00	
				---	Domínio Amplo	HF MultiFerramentas	---	R\$ 1.855,00	
10	Mesa retangular de escritório 1,50 x 0,60 x 0,73 – 0,75 m, tampo em MDP/MDF 18–25 mm revestido BP (bordas 2 mm), estrutura resistente com travessa, passacabos e niveladores; 01 gaveta sob o tampo (lateral), com corrediças telescópicas e fechadura com 2 chaves; capacidade mín. 30 kg distribuídos; acabamento em cor neutra; garantia mín. 12 meses.	un	1	MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar do Sul   COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SANTA MARIA   6ª Brigada de Infantaria Blindada   3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	Compras.gov.br	ESCRIBL U COMERCIO DE MOVEIS LTDA	Microempresa	R\$ 700,00	R\$ 648,33
				UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PR	Compras.gov.br	V K SOLUCOES COMERCIAIS LTDA	Microempresa	R\$ 570,00	
				MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS / 1134 - MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS/MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	HIBNER REPRESENTACOES LTDA	Microempresa	R\$ 674,99	

11	Cadeira ergonômica giratória, capacidade nominal 120 kg; ajustes: altura do assento (pistão a gás), inclinação do encosto com trava, apoio lombar regulável e braços reguláveis; base 5 hastes com rodízios; estofamento respirável (encosto em tela/assento estofado).	un	1	CAMARA DE VEREADORES DE CEL SAPUCAIA / 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	L SKRASCK E LTDA	Micro Empresa	R\$ 399,00	R\$ 393,00
				MUNICIPIO DE FIGUEIRAO / 381 - Prefeitura Municipal de Figueirão - MS	Portal Nacional de Contratações Públicas	AVM MOVEIS E CADEIRAS LTDA		R\$ 400,00	
				COMANDO DA MARINHA	Compras.gov.br	44.007.023 CHIRLEY MARIA BEZERRA ROSA		R\$ 380,00	

#### Valor estimado

Com base nas pesquisas realizadas, chegou-se ao valor médio estimado de R\$ 174.280,05 (cento e setenta e quatro mil e duzentos e oitenta reais e cinco centavos). Este valor representa a média dos preços obtidos nas fontes consultadas e servirá como parâmetro máximo para a licitação.

#### 8. PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, para efeito de recebimento, garantia e eventual substituição de itens, conforme mencionado no item 5.2. Encerrado o prazo de vigência, considerar-se-ão quitadas todas as obrigações, salvo ocorrências devidamente registradas durante o período de garantia.

#### 9. RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

O recebimento obedecerá ao disposto nos arts. 82 e 83 da Lei nº 14 133/2021, distinguindo-se duas fases:

- Recebimento provisório:** imediatamente após a entrega, mediante conferência quantitativa e assinatura do termo por servidor designado pela Secretaria de Administração. Nessa etapa verifica-se apenas se os itens entregues correspondem às quantidades e especificações do contrato;
- Recebimento definitivo:** após instalação, montagem e testes, e desde que não haja vícios aparentes ou falhas de funcionamento. Atestado o recebimento definitivo por comissão designada, será liberada a nota fiscal para pagamento.

Caso se constate divergência entre o material entregue e aquele contratado, a contratada será intimada a efetuar a substituição em prazo compatível com a necessidade administrativa, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### 10. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo dos materiais e da entrega da nota fiscal/fatura devidamente atestada. O desembolso ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada na data da faturação, nos termos do art. 137 da Lei nº 14 133/2021. Em caso de inadimplência ou atraso na entrega, poderá haver retenção de valores ou glosas proporcionais, conforme previsto no contrato.

## **11. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

A fiscalização e gestão do contrato serão exercidas por servidores designados pela Secretaria Municipal de Administração, que acompanharão o cumprimento das obrigações contratuais, incluindo prazos de entrega, montagem, condições de garantia e assistência técnica. Os fiscais registrarão em livro ou sistema eletrônico as ocorrências verificadas, comunicando à autoridade competente eventuais irregularidades para adoção das providências cabíveis. O descumprimento injustificado de determinações dos fiscais poderá ensejar a aplicação de sanções.

## **12. SANÇÕES**

O contrato estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14 133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Entre as penalidades possíveis estão:

- Advertência;
- Multa sobre o valor do contrato ou do item inadimplido;
- Suspensão de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por até 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156 da Lei nº 14 133/2021, quando for demonstrado comportamento fraudulento ou grave prejuízo ao erário.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da obrigação de indenizar a Administração pelos danos causados e poderão ser registradas no cadastro de fornecedores.

## **13. FONTES DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para custeio da presente aquisição correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Administração, em rubrica própria destinadas a **equipamentos e material permanente**.

16.001 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO / SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

4.122 - ADMINISTRAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.023 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MATERIAIS PERMANENTES

402 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

## **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- **Impossibilidade de subcontratação:** A contratada não poderá transferir a terceiros a execução do objeto sem prévia autorização da Administração.
- **Alterações contratuais:** Qualquer alteração quantitativa ou qualitativa dos materiais, nos limites estabelecidos pelo art. 125 da Lei nº 14 133/2021, deverá ser formalizada por termo aditivo.
- **Rescisão:** A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão, na forma dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14 133/2021.
- **Foro:** Fica eleito o foro da comarca do Município contratante para dirimir eventuais litígios decorrentes do contrato.

O presente Termo de Referência servirá de base para a elaboração do edital de licitação e posterior contratação, atendendo às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14 133/2021 e demais normas aplicáveis.

A Administração poderá, a qualquer tempo e justificadamente, alterar ou complementar as exigências contidas neste documento, desde que não modifique substancialmente o objeto e respeite os princípios da legalidade, isonomia, publicidade e eficiência.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
NOME	CARGO	ASSINATURA
JULIO CÉSAR CORRÊA JUNIOR	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	

Porto Murtinho/MS, 28 de outubro de 2025.

Autorizado por

ISABEL FROES PONCE  
***Secretária Municipal de Administração***  
***Portaria nº 697 de 01 de agosto de 2025***

**ANEXO II**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO  
MURTINHO, ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL,  
E .....**

**O Município de Porto Murtinho**, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.107.539/0001-32, com endereço na Rua Cel. Pedro Celestino s/n, neste ato, representado pela Secretária Municipal de **XXXXXXXXXXXXXX** Sra **XXXXXXXXXXXXXX**, xxxxxxxx, portadora da CI-RG sob o nº xxxxxxxxxx e inscrita no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxx, residente e domiciliada na Rua xxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxx, no Município de Porto Murtinho MS, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXX/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. XXX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de materiais permanentes, visando a implantação do Almoxarifado Central, através da Secretaria Municipal de Administração.**

Elemento Característicos:

Item	Código	Descrição	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital e Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

5.1 *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

- 6.1.1 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:
- 6.1.2 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.1.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 6.1.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 6.1.6 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas, por meio do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

O reajuste será realizado por Aditivo.

O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração Municipal deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços contratados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pela Administração Municipal para determinado item, observado o disposto no Decreto Municipal nº 15.088 de 17 de janeiro de 2024.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

**8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**8.2.** Exercer a fiscalização dos materiais no ato do recebimento dos mesmos, anotando em registro próprio os defeitos detectados nos produtos, indicando dia, mês e ano, e apontando às autoridades competente para tomar as providências cabíveis.

**8.3.** Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições nos relógios ponto recebidos, fixando prazo para sua substituição.

**8.4.** Pagar a contratada o valor resultante dos equipamentos recebidos, no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos.

**8.5.** Efetuar as retenções tributárias de vidas sobre o valor da nota fiscal.

**8.6.** Nomear um fiscal de contrato para acompanhar a execução do contrato durante sua vigência.

**8.7.** Receber a nota fiscal devidamente atestada e acompanhada da solicitação de pagamento devidamente assinada pelo responsável da contratada e pelo fiscal de contrato.

**8.8.** Exigir da contratada garantia dos relógios ponto recebidos.

**8.9.** Executar o pagamento dos materiais até 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais devidamente atestadas.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1.** Executar o fornecimento dos itens conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta.
- 9.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir materiais que apresentarem qualquer tipo de defeito no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
- 9.3.** Os materiais deverão ser entregues, montados e instalados no Almoxarifado Central em até 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento da ordem de fornecimento.
- 9.4** Substituição de itens com defeito – Eventuais substituições de peças ou itens com defeito deverão ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a notificação da contratante.
- 9.5.** Manter durante toda a execução todas as condições de habilitação exigidas.
- 9.6** Garantia – O período de garantia técnica não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo.
- 9.7** *A contratada deve comunicar, formalmente, o município, qualquer alteração em seu contrato social e razão social.*

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

- 10.1** *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

- 11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- V. ADVERTÊNCIA**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- VI. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- VII. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”,

“c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**VIII. Multa:**

- a. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de até o limite de 10% do valor empenhado;
  - i. *O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- d. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- e. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- f. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

12.1.1 *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.1.2 *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Porto Murtinho MS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Porto Murtinho MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**



\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Secretária Municipal de XXXXXXXXX**  
**(CONTRATANTE)**

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
**(CONTRATADA)**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
CARGO: NOME:

\_\_\_\_\_  
CARGO: NOME:

**ANEXO III**

**ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica Nº. \_\_\_\_/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE**

NOME DA EMPRESA:  
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
REPRESENTANTE e CARGO:  
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF E DATA DE NASCIMENTO:  
ENDEREÇOS e TELEFONE:  
AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:

**PREÇO (EM MOEDA CORRENTE NACIONAL – TOTAL E UNITÁRIO)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o **ANEXO I** do Edital.

PROPOSTA: R\$ XXXXXXXXXXX (Por extenso)

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Anexo I, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO FINAL.**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx.**

(NOME DA EMPRESA) ..... , inscrita no CNPJ nº ..... , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... , DECLARA, para fins do **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que, por preencher os requisitos legais, pretende usufruir do direito de preferência para contratação na presente licitação, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se enquadrando nas vedações constantes dos parágrafos 4º e 9º, art. 3º, do referido Diploma Legal.

Local e data \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)  
CARIMBO CNPJ

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(Contador ou Técnico Contábil)  
Carimbo CRC

**OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando a condição jurídica da empresa licitante.**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**Ao(a) Agente de Contratação e equipe de apoio**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2025**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

**(1) Declaramos, para os devidos fins** que a Empresa atende todas as condições de habilitação, **conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos**, ressaltando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**(2) Declaramos que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

**(3) Declaramos que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

**(4) Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18(dezoito) anos, em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (*Lei Federal nº9.854/1999*).

**(5) Declaramos, para fins que até a presente data inexistem fatos impeditivos quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal.**

**(6) Declaramos, para todos os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.**

**(7) Declaramos, para todos os fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.**

**(8) Compromete - se**, formalmente, para **satisfazer a execução do objeto licitado**, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, **assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória**, afim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

**(9) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esse Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.º (a) ....., Portador(a) do RG sob o nº ....., e CPF sob o nº ....., cuja função/cargo é .....(sócio / administrador / procurador / diretor / etc.), responsável pela assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço.**

**(10)** Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preço** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone:** (DDD) .....-.....

**(11)** Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e Contratos desse Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)  
CARIMBO CNPJ: